

(RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM BELÉM

DOI 10.17553/2359-0831/ihgp.n1v1p13-30

COSTA, Léa Maria Gomes da; BRITO, Lilian Simone Amorim.

(RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM BELÉM

Léa Maria Gomes da COSTA¹

Lilian Simone Amorim BRITO²

13

Resumo

A organização socioespacial de Belém foi caracterizada, a partir da segunda metade do século XX, pelo elevado crescimento populacional, incremento de setores produtivos e aumento dos problemas socioeconômicos e espaciais na cidade. O processo de ocupação e uso do solo urbano; a carência de saneamento básico; a pobreza e principalmente a falta de estrutura pública de qualidade em áreas essenciais como moradia, educação, saúde, transporte, mobilidade urbana e segurança, dão margem ao incremento de práticas ou processos sociais de segregação, periferização e exclusão socioespacial. Na reflexão teórica e pesquisa documental aqui apresentadas, faz-se uma breve análise da estruturação e produção do espaço urbano da capital paraense, tendo como foco a ocupação das áreas de baixadas, sua posterior valorização e o processo de deslocamento da população nelas residentes para a zona de expansão urbana de Belém. Buscou-se, acima de tudo, despertar interesses sobre os temas em questão e a curiosidade sobre os destinos que serão traçados, nos gabinetes governamentais e na dinâmica da luta social, para o espaço urbano da cidade, espaço este entendido como produto social carregado de complexas e múltiplas espacialidades e temporalidades.

Palavras-chave: Belém; Reordenamento Territorial Urbano; Segregação Socioespacial;

Abstract

The socio-spatial organization of Belém was characterized, from the second half of the twentieth century, the high population growth, increase in productive sectors and increased socioeconomic and spatial problems in the city. The process of occupation and use of urban land; the lack of basic sanitation, poverty and especially the lack of quality public structures in key areas such as housing, education, health, transport, urban mobility and safety, give rise to the increase of social practices or processes for segregation and socio-spatial exclusion peripherization. In the theoretical reflection and documentary research presented here, it is a brief analysis of the structure and production of urban space of the state capital, focusing on the occupation of the lowlands areas, their subsequent recovery and the process of displacement of the population residing in them to urban expansion area of Belém. Was sought, above all, arouses concerns about the issues in question and curiosity about the destinations are plotted in government offices and in the dynamics of social struggle for urban space of the city, a space understood as a social product loaded with complex and multiple spatialities and temporalities.

Keywords: Belém; Reordering the Urban Land; Socio-Spatial Segregation;

¹Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente (SP). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Docente da Universidade do Estado do Pará. E-mail: lmgc1298@yahoo.com.br.

² Geógrafa. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Docente da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. E-mail: lilianab@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX a organização socioespacial de Belém foi caracterizada pelo elevado crescimento populacional, incremento de setores produtivos e aumento dos problemas socioeconômicos e espaciais na cidade. A capital paraense passou a manter forte influência sobre as cidades vizinhas (primeiramente Ananindeua e posteriormente Marituba, Benevides, dentre outras), crescendo e expandindo-se horizontalmente, o que resultou na criação da Região Metropolitana de Belém (RMB).

Deste modo, engendra-se em seus bairros pobres e em sua área de expansão urbana um palco de exclusão social. A pobreza, a falta de saneamento básico e principalmente a falta de estrutura pública de qualidade, em áreas essenciais como moradia, educação, saúde, transporte, mobilidade urbana e segurança, dão margem ao incremento de práticas ou processos sociais de segregação e exclusão socioespacial.

A dinâmica da produção do espaço e o uso do solo urbano em Belém são de suma importância para discernir a forma como a cidade, e o urbano, vem se expandindo para além das primeiras delimitações territoriais do sítio original, até o que hoje se configura como sendo a Região Metropolitana de Belém. Junto com tal expansão seguem as contradições inerentes à produção do urbano nas sociedades capitalistas: incremento/desvalorização; centralidade/descentralidade; valorização/segregação.

Neste ensaio faz-se uma breve análise da estruturação e produção do espaço urbano da capital paraense, tendo como foco a ocupação das áreas de baixadas, sua posterior valorização e o processo de deslocamento da população nelas residentes para a zona de expansão urbana de Belém, objetivando-se a identificação das políticas urbanas ligadas à intensificação dos processos de segregação socioespacial e de periferização ocorridos nos últimos anos na cidade.

OCUPAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO URBANA EM BELÉM

Considerar a cidade enquanto um território de lugares de memórias e histórias (KURI, 2006), conduz-nos a pensar o espaço urbano enquanto um *constructo* social, cuja existência se justifica a partir da experiência humana revelada por meio das diversas práticas espaciais que o produzem.

Tais práticas revelam as diferenças, diversidades culturais e heterogeneidades sociais expressas nas diversas concepções de uso do espaço urbano, definindo-o historicamente enquanto um *lócus* de relações sociopolíticas, econômicas e culturais extremamente complexas.

Esta complexidade deve ser compreendida a partir da interdependência e interconexão global impulsionada por processos sociais locais, regionais e mundiais desencadeados pelas alterações ocorridas nas relações entre o Estado, a sociedade e o território; e dos avanços científico-tecnológicos que têm contribuído para intensificar as diferenças e desigualdades socioespaciais, bem como redimensionar as relações entre o público e o privado; as mudanças nas formas de exercício de cidadania, refletindo-se nas formas de gestão dos governos, no papel das instituições e da sociedade frente aos fenômenos e problemas da cidade no contexto global.

Ao se considerar o espaço urbano, enquanto um produto social construído ao longo dos tempos, percebe-se que ele é “assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (CORRÊA, 1989, p. 09), e é produzido por diversos atores sociais que definem as várias formas de apropriação do espaço, reorganizando-o por meio de diversas práticas espaciais.

Nesse sentido, entende-se que a produção do espaço urbano da cidade de Belém, capital do Pará, foi feita por um processo longo de penetração territorial, que inicialmente se caracterizou pela ocupação litorânea e depois adentrou as porções mais continentais. Contudo, de forma geral esse processo foi realizado tendo por desafio a suplantação de limites naturais impostos pela presença de rios, várzeas e igapós à medida que o traçado da cidade ia se configurando. De acordo com Abelém (1989, p. 36) a ocupação territorial de Belém foi marcada por três processos ou fases distintas:

Da época da fundação da cidade (1616) até meados do século XVIII a cidade cresceu à beira do rio (Fase Ribeirinha), passando a partir daí a se interiorizar (Fase da Penetração) e após a segunda metade do século XIX a sofrer a influência maior do continente, diminuindo as influências fluviais (Fase da Continentalização).

A presença das áreas alagadiças se deve a posição geográfica da cidade, que está disposta na confluência da desembocadura do rio Guamá com a baía do Guajará e também da constituição de seu relevo, que tal como toda planície amazônica, se caracteriza pela presença de áreas de igapó, várzea e de terra firme. Tal fato conferirá a

Belém uma expansão urbana que se efetivará sobre um quadro natural caracterizado pela presença de diversas bacias hidrográficas e de suas respectivas áreas inundáveis, genericamente denominadas “áreas de baixadas”³, as quais abrangiam grande parte da extensão territorial da Primeira Légua Patrimonial⁴ e de outras áreas do município de Belém.

Deste modo, o primeiro desafio para o domínio efetivo do território era o de realizar projetos de infraestrutura nas áreas das bacias hidrográficas considerando as demandas da ocupação urbana. Entretanto, os estudos que tratam sobre o processo de formação socioespacial da cidade de Belém demonstram que a opção tomada, seja por escassez de recursos financeiros, seja por negligência administrativa, foi o de se desviar dos obstáculos hídricos naturais, conferindo à cidade um processo de ocupação marcado pela forma descontínua de seu povoamento.

À medida que a cidade se expandiu e recebeu seus primeiros equipamentos urbanos, encontrou os acidentes hídricos, contornando-os ao invés de sanearlos, o que levou a ocupação a ser feita preferencialmente nos terrenos de cotas mais altas, deixando grandes áreas desocupadas, formadas por terrenos alagados ou alagáveis, de cotas baixas (ABELÉM, 1989, p. 38).

Desta forma, tendo por referência os registros históricos, percebe-se que em Belém o processo de apropriação e produção da cidade, até meados do século XX, evitou a ocupação das áreas de várzeas –áreas alagadas ou alagáveis–, por serem consideradas impróprias a esse processo, e priorizou as de cotas mais altas.

De acordo com Corrêa (1989, p.87), até esse período [...] não havia nenhuma forma expressiva de segregação socioespacial intraurbana, pois a renda da terra era, então inexistente. Para este autor a fácil acessibilidade a qualquer ponto da cidade e a ausência praticamente absoluta de serviços ou melhorias urbanas desproveram tal renda de seus elementos formadores essenciais.

³ Formas naturais integrantes do sítio da cidade, que têm sido incorporadas ao tecido urbano a partir de necessidades requeridas no decorrer do processo de produção do espaço urbano belenense. [...] As baixadas existentes em Belém são áreas inundadas ou sujeitas às inundações – decorrentes, em especial, dos efeitos das marés [...]. (TRINDADE Jr, S. 1997, p. 22)

⁴ Légua de terras (4.110 hectares) concedidas por Carta de Datas e Sesmarias pelo Governador e Capitão-Geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará à Câmara ou Conselho Municipal da Cidade de Belém, em 1627, tendo sua demarcação efetiva realizada apenas em agosto de 1703 (CRUZ, 1973). A demarcação foi feita a partir do núcleo inicial de fundação da cidade e se estendeu até o arco formado pelas Avenidas Doutor Freitas e Perimetral, tendo sido fixado o marco demarcatório desse limite na confluência da Avenida Dr. Freitas com a Almirante Barroso (originando o atual bairro do Marco).

Conforme demonstrado por Abelém (1989), no início da década de 1970, 43% da população de Belém residia em áreas de baixadas e até a primeira metade do século XX as mesmas não receberam investimentos públicos visando a superação ou melhoria de suas condições urbanas. Desta forma, as áreas alagadas da cidade transformaram-se em áreas de elevada densidade populacional, mas com condições inadequadas ou insalubres de sobrevivência e moradia, num verdadeiro processo de periferização ou favelização urbana.

São terrenos sem qualquer infraestrutura física [...] ocupados por casebres de madeira principalmente, cujo acesso é possível graças a pontes de madeira (estivas) construídas por seus moradores. [...] essas áreas possuem poucas áreas já trabalhadas, sendo sua consolidação obtida por aterro fornecido pela própria Prefeitura Municipal e realizada pela população em mutirão. Muitas vezes é a própria população que consegue o material do aterro, tais como caroço de açaí, serragem de madeira e casca de castanha. Trata-se de soluções espontâneas encontradas pelos moradores para poder habitar as baixadas (ABELÉM, 1989, p. 40).

As baixadas se enquadram – enquanto espaços segregados, socialmente excluídos, com deficiência e insuficiência de equipamentos urbanos e comunitários – naquele tipo de espaço que Santos (1987) considera como espaço sem cidadãos. Para os habitantes desses espaços, conforme afirma o autor, é negado o direito à cidadania. Os meios de consumo coletivo estão ausentes ou são insuficientes, como se as pessoas lá não estivessem (TRINDADE Jr, 1997, p. 29).

Neste estudo aborda-se o termo periferização a partir da concepção teórica que relaciona a ocupação do solo urbano à estratificação social, sendo tal concepção compreendida como renda diferencial da terra.

A renda diferencial é o componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localização dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles, ou no seu entorno, aplicados [...] Existem parcelas da cidade que, mesmo não sendo recentes nem estando distantes do centro, propiciam baixa renda diferencial [...] Apresentar baixa renda diferencial é o que define periferia, estando o terreno onde estiver no espaço urbano. Consequentemente este será, por excelência, o local de habitação dos trabalhadores (BONDUKI e ROLNIK, 1982, *apud* RODRIGUES, 1996, p. 31).

Com o crescimento da cidade muitas dessas áreas se tornaram alvo de valorização imobiliária, justamente por sua localização próxima à área central. Tal valorização se deu não só no sentido da melhoria das condições de moradia, saneamento e embelezamento, mas também pela necessidade de facilitar, ou mesmo viabilizar, o fluxo e a mobilidade urbana.



Foto 1: Canal da travessa Vileta – bairro de Canudos.

Fonte: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/02>. Acesso em: 22/09/2014. (Lucas Santiago da Silva/VC no G1 PA)

Esse processo deixou marcas no ordenamento territorial da cidade, visto que a segregação socioespacial, pautada na diferenciação do atendimento às demandas da população por serviços, passou a ser a expressão da produção do urbano em Belém, não cabendo aos espaços periféricos a prioridade, e muitas vezes sequer o atendimento, de tais demandas.

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL –DUAS FACES DO ORDENAMENTO TERRITORIAL DE BELÉM

É, sobretudo na segunda metade do século XIX, devido à expansão da economia da borracha (1850-1920), que a cidade de Belém irá refletir um maior desenvolvimento urbano, marcado pela modernização e embelezamento da cidade com vistas a atender às exigências da sociedade abastada da época, pois, de acordo com Sarges (2000, p. 91).

Era preciso adequar a cidade às transformações capitalistas, investindo capital e diversificando sua aplicação em outras atividades, para isso se engendrou todo um processo de modernização da cidade, de forma a facilitar o escoamento da produção e de divisas para os países centrais.

Diante de tais exigências, igarapés foram aterrados, pântanos drenados e abertas novas ruas; foram tomadas medidas para o tratamento de água e esgoto; dentre outras obras, praças, teatros, alfândega e portos foram construídos em Belém. Na gestão de Antônio Lemos, marcada pelo desenvolvimento da economia da borracha, a cidade

passa a ser dotada de uma melhor infraestrutura e equipamentos urbanos mais modernos. A iluminação a gás passa a ser substituída pela iluminação pública elétrica. Instaura-se o serviço de bondes elétricos (1907), o abastecimento de água passa a ser feito a partir dos reservatórios do Utinga e foi construído o porto (1908-1913), que alterou significativamente, a paisagem da orla de Belém.

Para Pimentel (2012) é em meio a essa gama de serviços, que Rodrigues (1996), considera a expressividade do processo de segregação espacial, uma vez que tais serviços vão ocasionar inúmeras dinâmicas espaciais como especulação imobiliária, a valorização dos imóveis e da área central.

A partir da década de 1950 a expansão urbana se intensifica, tendo como caracterização, entre outras, a configuração horizontal e a ocupação das áreas de várzea, contudo, a mesma passa a ter um novo desafio que é o de suplantar não só os limites naturais, mas os limites sociais impostos pela doação de terras a instituições públicas nas imediações do limite da Primeira Légua Patrimonial, tais doações formaram uma faixa territorial ocupada por bases militares e instituições públicas que dificultou a abertura de vias ou eixos de expansão urbana. Essa faixa territorial passou a receber a denominação de “Cinturão Institucional”, e, conforme expresso por Rodrigues (1996) “estrangulava” o crescimento da cidade e contribuía ainda mais para o adensamento populacional (Figura 2).

(RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM BELÉM

DOI 10.17553/2359-0831/ihgp.n1v1p13-30

COSTA, Léa Maria Gomes da; BRITO, Lilian Simone Amorim.

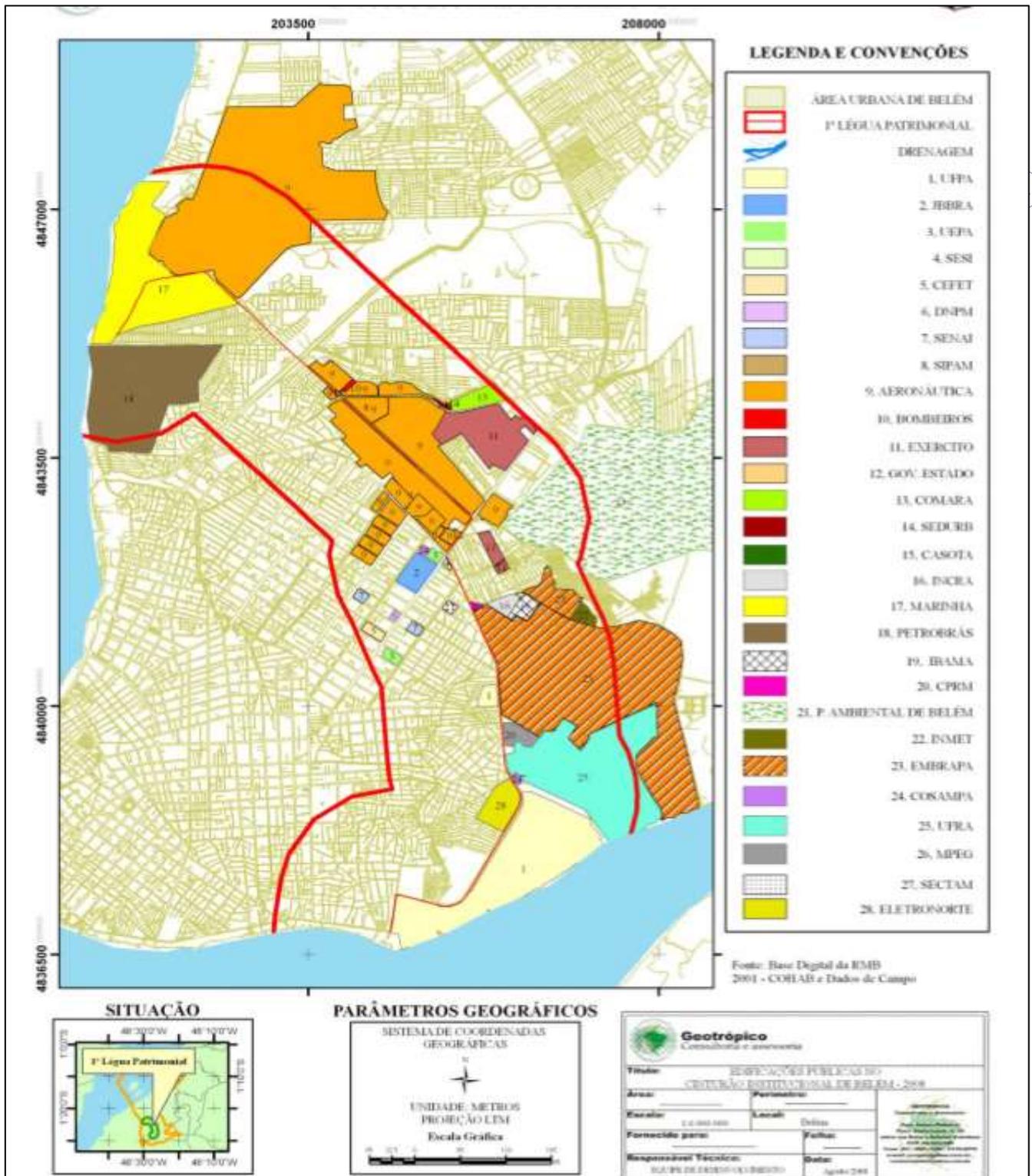


Figura 2: Instituições públicas no Cinturão Institucional de Belém – 2008

Fonte: Pantoja (2008, p. 36).

Neste contexto o único eixo viário que atravessava o Cinturão Institucional era o da Estrada de Ferro Belém-Bragança⁵, que foi responsável pela ligação entre o núcleo central da cidade e sua distante área de expansão, propiciando a transposição da ocupação para além dos marcos da primeira légua e fazendo surgir o povoamento embrionário de novos bairros e de municípios como Ananindeua e Marituba.

As populações de baixa renda, aos poucos começavam a transpor essa barreira constituída por enormes propriedades institucionais. Porém, o centro da cidade responsável por grande parte dos empregos e as grandes dificuldades de deslocamentos para além do “cinturão” devido ao precário sistema de transporte, assim como o controle das áreas de sitio alto pelas populações de alta renda, pressionavam a população a ocupar as áreas baixas da cidade [...]” (RODRIGUES, 1996, 164).

Esse processo começa a intensificar a segregação socioespacial na cidade de Belém, haja vista que a população de baixa renda vai ficando, cada vez mais, sem alternativas de áreas adequadas à moradia. Para Rodrigues (1996 *apud* Pimentel, 2012, p. 38-39), o que ocorre é:

(...) a expressividade do processo de segregação espacial, uma vez que tais serviços vão ocasionar inúmeras dinâmicas espaciais como especulação imobiliária, a valorização dos imóveis e da área central. Esse fato contribuiu para provocar o direcionamento do vetor de ocupação para o interior de Belém, restando as áreas de várzeas aos sujeitos mais pobres, que tinham essas áreas como única alternativa de moradia no centro da cidade.

Todo esse processo fez com que na década de 1960 o núcleo central da cidade de Belém já possuísse um processo consolidado de urbanização, registrando a ocupação de praticamente toda área compreendida como seu domínio territorial, que correspondia a Primeira Légua Patrimonial da cidade.

Em meio a esse fluxo populacional desse período intensificou-se a ocupação das áreas de baixadas, e ainda contribuiu para o aumento de problemas, tais como: crise econômica, desemprego, crescimento demográfico intenso, aliado ao baixo poder de investimento do setor público. O processo de ocupação das baixadas do centro, contribuíram para intensificar o surgimento de periferias caracterizadas a partir da construção das casas em palafitas, localizadas às margens de igarapés e rios, passagens sobre estivas, bem como a vida humilde e cheia de dificuldades passadas por seus habitantes, entre outros elementos (PIMENTEL, 2012, p. 40).

⁵ Construída durante o período áureo da borracha (1883-1908) com o objetivo de ligar Belém à Zona Bragantina e demais núcleos agrícolas, como Ananindeua, Benevides e adjacências que se constituíam em região fornecedora de hortifrutigranjeiros a Belém, devido à crise de abastecimento em que passou a cidade àquela época (SARGES, 2000); tendo sido extinta no ano de 1964 (PINHEIRO, s/d).

Nesse período a ocupação territorial de Belém já se voltava para um processo de expansão urbana em direção ao distrito administrativo de Icoaraci e às áreas que hoje compreendem os municípios formadores da atual Região Metropolitana de Belém (RMB): Ananindeua; Marituba; Benevides e Santa Bárbara, constituindo-se, a partir da segunda metade do século XX, os dois principais vetores de expansão urbana de Belém.

A expansão para essas áreas foi viabilizada a partir da abertura de dois eixos viários principais, caracterizados pela Avenida Almirante Barroso, antiga Tito Franco, com seu prolongamento pela BR 316 – cujos traçados derivam da disposição dos trilhos da antiga Estrada de Ferro Belém-Bragança e pela Avenida Augusto Montenegro, antiga rodovia aberta a partir do ponto de encontro entre a Almirante Barroso e a BR 316, cujo traçado também remonta à antiga Estrada de Ferro de Bragança – compondo um eixo viário interno que ligava o núcleo central de Belém a Icoaraci, Outeiro (Ilha de Caratateua) e outras ilhas próximas.

Secundariamente a expansão urbana passa a ocorrer no eixo da Rodovia Arthur Bernardes, que também servia para ligação de Belém com o Distrito de Icoaraci, tendo seu traçado margeando a Baía do Guajará e perpassando o outrora Distrito de Val-de-Cães⁶ e os núcleos de povoamento da Pratinha e Tapanã, sendo estes últimos, áreas de grande adensamento populacional, fruto de processos migratórios advindos de outros municípios do Estado e da Região das Ilhas.

De acordo com Trindade Jr (1997), a Rodovia Arthur Bernardes (antiga Rodovia SNAPP⁷) foi construída na década de 1940, no contexto da realização das obras de drenagem e retificação do Igarapé Val-de-Cães, servindo, principalmente, como via de acesso à Base Aérea de Belém e ao Aeroporto de Val-de-Cães. Seu prolongamento permitiu o acesso aos antigos Distritos Administrativos de Icoaraci e Outeiro.

No processo de expansão em direção à Avenida Augusto Montenegro destaca-se, durante a década de 1960, a abertura de conjunto residencial Nova Marambaia, a partir de uma política habitacional promovida pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) em parceria com a Companhia de Habitação do Pará (COHAB), sendo o registro de um dos primeiros conjuntos habitacionais criados para remanejamento de pessoas

⁶ Antigo Distrito Administrativo de Belém, atualmente bairro. Originalmente compunha a área do Cinturão Institucional, sendo marcado pela presença do Aeroporto, dependências militares e residências de oficiais da marinha e aeronáutica.

⁷ SNAPP - Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará.

das áreas de baixadas, localizadas no núcleo central de Belém, para a área de expansão distante da cidade. No caso trata-se do processo de drenagem do Igarapé das Almas, que resultou no saneamento e valorização das Docas de Souza Franco (bairro do Umarizal) e consequente remanejamento da população pobre para o então embrionário bairro da Marambaia.

Este novo bairro, plantado ao lado desta exuberante selva amazônica, não é iniciativa esboçada para satisfazer políticos ocasionais, ou outros objetivos até contrários ao bem estar social da comunidade; mas sim com o desejo único de atender à população pobre que vive em condições sub-humanas em nossa cidade (discurso do Presidente da COHAB no ato de entrega das primeiras casas na Gleba I do Conjunto Nova Marambaia, Jornal Folha do Norte *apud* TRINDADE Jr, 1997, p. 130).

Na verdade, essa política habitacional, articulada em âmbito mais global, viria trazer repercussões importantíssimas na estruturação do espaço metropolitano belenense. Promovia, por exemplo, a valorização do espaço urbano em dois pólos. O primeiro, na área que estava sendo saneada, no momento em que retirava as famílias desse local e realizava a urbanização efetiva da área. Abria, assim, amplas possibilidades de valorização de seu solo, alterando, por conseguinte, a dinâmica da segregação sócio-espacial (TRINDADE Jr, 1997, p.130).

Observa-se que a partir da segunda metade do século XX tem-se a instauração de uma nova fase no processo de segregação socioespacial da cidade de Belém, na qual o poder público, pressionado por forças diversas, entre elas a dos movimentos sociais urbanos de luta por moradias, passa a atuar de forma mais sistematizada no sentido de buscar soluções aos problemas resultantes da ocupação das áreas de baixadas. Contudo, subjacente ao planejamento e investimento voltados à melhoria das condições de infraestrutura e de moradia nas áreas de baixada, estava a política estatal de afastar a população de baixa renda do centro da cidade.

Neste sentido, a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado passam a agir diretamente no processo de reordenamento e ocupação territorial das áreas que se constituíram como vetores do crescimento e expansão urbana, atuando tanto nos limites do próprio município como em parceria com os demais municípios da Região Metropolitana.

De acordo com PINHEIRO; LIMA; ROCHA DE SÁ e PARACAMPO (s/d) observou-se em Belém, durante os anos de 1960-1990, um processo de “periferização/metropolização da pobreza”, o qual estava intimamente relacionado à questão da moradia, das lutas e mobilização pelo direito de morar na Região Metropolitana. Os autores destacam três vetores ou expoentes desse processo, a saber:

1. as ocupações coletivas na área central da RMB, basicamente nas chamadas áreas de baixadas restritas ao município de Belém, (ocorridas) nas décadas de 1960 e 1970 e, em menor volume, nas décadas de 1980 e 1990.
2. as ocupações na chamada área de transição após o centro expandido do município de Belém, formação de bairros com famílias removidas nas áreas urbanizadas no centro de Belém;
3. a área de expansão urbana no sentido nordeste da RMB, envolvendo primeiramente os municípios de Ananindeua e ilhas e, posteriormente, os demais municípios que compõem a RMB. Em Ananindeua e distritos de Belém (Icoaraci e Outeiro), destacam-se as invasões e conjuntos habitacionais (PINHEIRO; LIMA; ROCHA DE SÁ e PARACAMPO, s/d, p. 159).

Nos anos de 1980 e 1990, mesmo com a atuação mais sistematizada do poder público, os processos interrelacionados de urbanização, periferação e segregação socioespacial intensificaram-se cada vez mais, gerando problemas socioeconômicos e ambientais de grandes proporções, que, aliados aos precários e esparsos investimentos do Estado na promoção de obras e serviços urbanos, atribuídos à crise econômica desse período, refletiram-se numa deterioração cada vez maior das condições de vida da maior parte da população urbana.

Estudos feitos por Rodrigues (1996) demonstram que em 1994 o déficit habitacional no Pará seria de 1.430.000 unidades, sendo 890 mil o déficit quantitativo e 540 mil o déficit qualitativo⁸. Na RMB, os municípios de Belém e Ananindeua somariam um total de 201 mil unidades (135 mil – déficit quantitativo e 66 mil – déficit qualitativo). Tais dados expressam a dimensão do problema urbano enfrentado por Belém e sua Região Metropolitana no final do século XX e as demandas lançadas para a atuação do poder público, enquanto agente promotor e propulsor de melhorias dessas condições.

[...] supondo-se uma média de quatro pessoas por famílias pode-se depreender que somente no espaço-ambiente intra-urbano de Belém pelo menos 680 mil pessoas vivem em condições precárias sendo que pelo menos 220 mil sobrevivem nas mais indignas condições [...] É plausível, ainda que constrangedor, falar-se de catástrofe urbana, tendo em vista que pelo menos a metade da população estaria apartada do que hoje, tanto se propala: cidadania (RODRIGUES, 1996).

A análise do processo de segregação socioespacial possui íntima relação com o crescimento populacional, com as formas de uso do solo urbano e com a escassez ou

⁸ O déficit quantitativo representa a necessidade de construção de novas moradias para atender às famílias que não dispõem de habitação e o qualitativo corresponde à necessidade de substituição das moradias que estão em precárias condições de habitação (COHAB/PA, 1990 *apud* PINHEIRO; LIMA; ROCHA DE SÁ e PARACAMPO, s/d, p. 165).

ausência no atendimento das demandas populacionais por serviços públicos. Entre essas demandas o direito à moradia ganha relevância e se constitui em alvo da análise preliminar expressa neste ensaio acadêmico. Para a compreensão desta questão será estabelecida relação da mesma com a estruturação urbana da cidade a partir da segunda metade do século XX.

REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM BELÉM

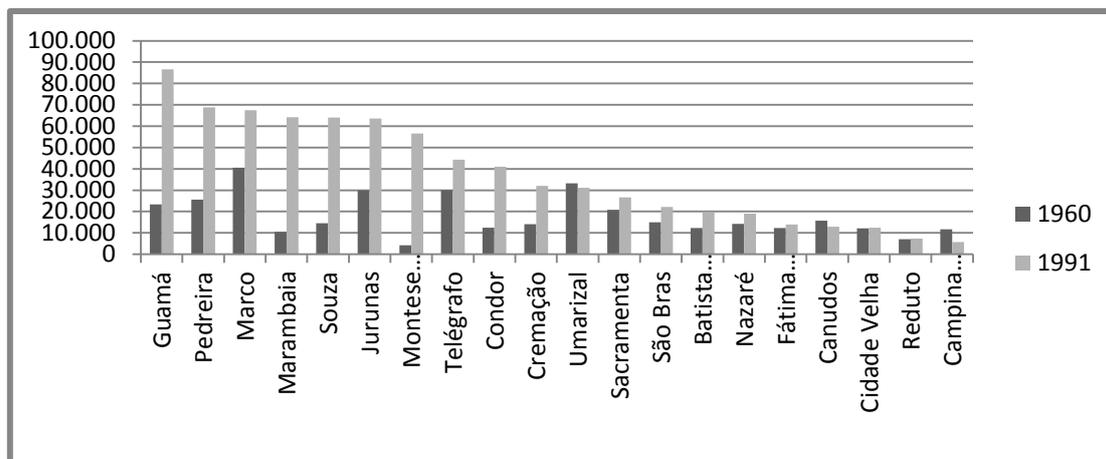
Considerando a organização urbana observa-se que na segunda metade do século XX Belém apresentava uma estrutura pautada em apenas vinte bairros oficialmente reconhecidos. Os demais aglomerados urbanos, dispostos principalmente na zona de expansão da cidade eram tidos como áreas de ocupação ou invasão, não sendo, portanto, prioritários no atendimento às demandas por serviços públicos.

Os bairros reconhecidos estavam concentrados preponderantemente nos limites da 1ª Légua Patrimonial, compondo exceção apenas os bairros do Souza e da Marambaia, resultantes do processo de transposição do Cinturão Institucional e do remanejamento populacional decorrente da drenagem do Igarapé das Almas, como visto anteriormente.

O crescimento e a distribuição da população de Belém por seus bairros permitem uma análise preliminar dos processos de urbanização e periferização ocorridos em Belém ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, assim como da segregação socioespacial que o acompanham.

A população urbana de Belém, dobrou durante um intervalo de três décadas, passando de 359.988 para 759.426 habitantes. Os dados do Gráfico 1 permitem perceber uma dinâmica de concentração da população em direção aos bairros mais distantes do núcleo central, tais como: Guamá, Jurunas, Montese (Terra Firme), Condor e Cremação, que apresentaram vertiginoso crescimento populacional, enquanto bairros centrais – Batista Campos, Nazaré, São Brás, Fátima, Cidade Velha e Reduto – tiveram reduzido crescimento ou mesmo sofreram decréscimo populacional, a exemplo do Umarizal e Campina.

Gráfico 1 – População Urbana de Belém – 1960-1991



Fonte: Elaborado com base em PENTEADO, 1968 e IBGE, Anuário Estatístico – 1991

Percebe-se ainda a concentração populacional em dois bairros que passaram a se constituir como subcentros urbanos dentro da área da 1ª Légua – Pedreira e Marco - e ainda o elevado crescimento dos bairros contidos na zona de expansão urbana – Souza e Marambaia.

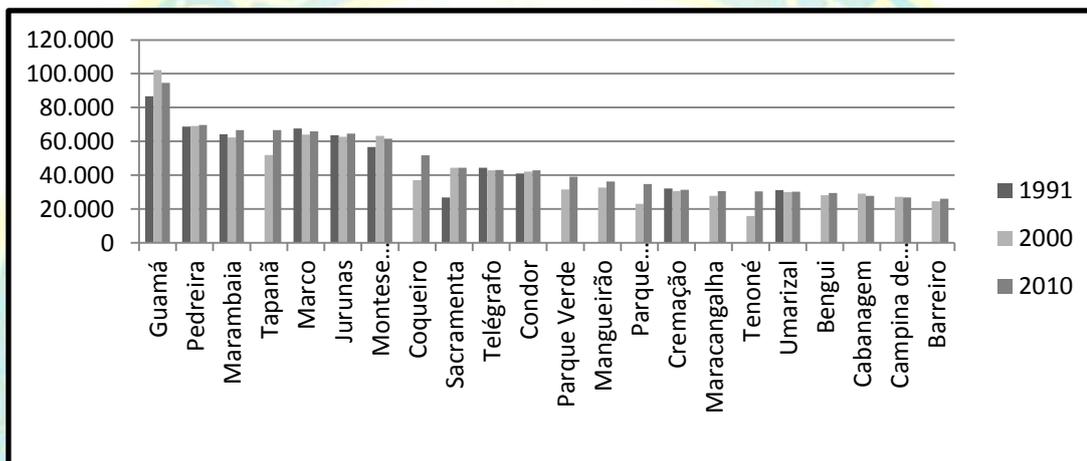
Em meados da década de 1990 com a implantação do primeiro Plano Diretor Urbano e o reconhecimento de 71 (setenta e um) bairros formando a área urbana do município, a organização urbana de Belém será alterada. A ampliação das unidades administrativas da cidade permitirá o levantamento populacional mais detalhado da sua população urbana, fato este que só se efetivará com o censo do ano de 2000.

Em uma década a população urbana de Belém ultrapassou a marca de um milhão de habitantes. Na contagem populacional realizada no ano de 2000 atingia-se o patamar de 1.280.614 habitantes morando em áreas urbanas. Ao se considerar a distribuição dessa população por bairros e a disposição destes bairros na estrutura da cidade, pode-se fazer um exercício de interpretação e comparação de dados com os das décadas anteriores.

Neste sentido, na elaboração do Gráfico 2 fez-se o registro dos vinte e dois bairros mais populosos da cidade no ano de 2010, os quais apresentavam índices populacionais acima de 25 mil habitantes, e se estabeleceu um comparativo com os dados obtidos nas duas décadas anteriores. Desta forma, é possível verificar que mais da metade dos bairros populosos de Belém (12 bairros ou 59,9%) encontram-se na sua zona de expansão urbana, evidenciando o incremento do processo de segregação e

periferização da população, marcados pelo deslocamento/afastamento da população de baixa renda da área central da cidade, já registrado entre os anos de 1960-1960 (vide Gráfico 1).

Gráfico 2 – População Urbana de Belém – 1991-2010



Fonte: Elaborado com base em IBGE, Anuário Estatístico – 1991; Censo Demográfico 2000; PMB. Anuário estatístico de Belém 2011. Capítulo 2 – Demografia

Entre os doze bairros localizados na zona de expansão urbana, sete estão dispostos no entorno da Rodovia Augusto Montenegro, configurando este como o principal vetor de expansão no espaço intraurbano da cidade e para onde é notório o deslocamento de diversos empreendimentos imobiliários, empresariais e comerciais nos últimos trinta anos. Tais empreendimentos estão voltados ao atendimento de demandas de diversos segmentos sociais, marcando uma intensidade e diversidade no uso do solo urbano nesta área.

Considerando os objetivos do presente estudo, destaca-se entre os empreendimentos imobiliários alocados neste vetor de expansão urbana, a presença de um número significativo de conjuntos residenciais destinados às famílias de baixa e média renda, construídos como parte da política habitacional urbana desenvolvida pelo Governo do Estado e Prefeitura Municipal no final do século XX e início do século XXI para solucionar “o problema das baixadas de Belém”.

Muitos desses empreendimentos sequer chegaram a ter suas obras concluídas, pois foram alvo de ocupações ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 em Belém, sendo revelado um levantamento de 21 conjuntos habitacionais ocupados por posseiros na RMB no ano de 1991, cuja posse efetiva foi conseguida por meio de pressão junto ao

poder público no sentido de que este garantisse a devida desapropriação e negociação com as construtoras.

Os dados que compõem a reflexão teórica e pesquisa documental aqui apresentadas colocam em evidência um intenso e crescente processo de segregação socioespacial ocorrido em Belém nas últimas décadas e também denotam um contexto de resistência e de luta por moradia por parte da população de baixa renda, os quais precisam ser melhor aprofundados e desvendado nas suas especificidades e importância para a compreensão da forma como tem se dado a produção e/ou reprodução do espaço urbano nesta cidade, pois entende-se que os processos urbanos elencados; a mobilidade populacional a eles relacionadas; a demanda por serviços urbanos, emprego e/ou geração de renda que deles derivam e a ação do poder público como agente de (re)ordenamento espaço-territorial são questionamentos que convidam ao debate constante das transformações por que passa o espaço urbano de Belém e sua região de influência imediata – a sua Região Metropolitana.

O presente ensaio buscou, acima de tudo, despertar interesses sobre os temas em questão e a curiosidade sobre os destinos que serão traçados, nos gabinetes governamentais e na dinâmica da luta social, para o espaço urbano da cidade, espaço este que enquanto produto social, construído ao longo dos tempos, representa a própria materialização das formas espaciais na produção social do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: UFPA/NAEA, 1988.
- BRITO, L. S. A. **Intervenção no centro histórico e a reorganização sócio-espacial do bairro da cidade velha – Belém/PA.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia. 2007.
- CARDOSO, A. C. D.; LIMA, José J. F.; SANTOS, Ricardo B. N.; CRUZ, Sandra H. R. A estruturação socioespacial da região metropolitana de Belém: de 1990 a 2000. **Novos Cadernos NAEA**. V. 10, n. 1, p. 143-183, dez. 2006, ISSN 1516-6481.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico – 1991.** Resultados do Universo, número 7 – Pará.
- _____. **Censo demográfico – 2000.** Resultados do Universo – Pará.
- _____. **Anuário Estatístico de Belém – 1991.**
- MORAES, M. P. de. **O reordenamento territorial das áreas da aeronáutica no cinturão institucional de Belém.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do

Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia. 2008.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará** – estudo de Geografia urbana. Vol. 1 e 2. Belém: UFPA, 1968 (Coleção Amazônia – Série José Veríssimo).

PINHEIRO, A.; LIMA, J. J. F.; ROCHA DE SÁ, M. E.; PARACAMPO, M. V. A questão habitacional na Região Metropolitana de Belém. In: **Coleção Habitare** – Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras – uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Texto 5, s/d. Disponível em: WWW.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/colecao7/capitulo_5.pdf, capturado em 01/09/2014.

PIMENTEL, M. A da S. *et. All.* A ocupação das várzeas na cidade de Belém: causas e consequências socioambientais. IN: **Revista Geonorte**, Edição Especial, V.2, N.4, p.34 – 45, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Anuário estatístico de Belém 2011. Capítulo 2 – Demografia. Disponível em http://www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO_2011/2_01_Demografia.pdf. Capturado em setembro de 2014.

RODRIGUES, E. B. **Aventura urbana**: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém: NAEA/UFPA, 1996.

_____. **Os desafios da metrópole**: reflexões sobre desenvolvimento para Belém. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

SALGUEIRO, T. B. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS. A. F. A; LEMOS, A. I. G. (Org.) **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

SARGES, M. de N. **Belém**: riquezas produzindo a *Béle-Époque* (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 1997.

Recebido em: 02/08/2014

Aprovado em: 10/09/2014